



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 863/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1557/2014 (02 Volumes).**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Sr. Hissa Nagib Abraão Filho, Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários e o Sr. Danízio Elias de Souza, Subsecretário, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAD/MA – Relatório Conclusivo nº 12/2016 (fls. 217/236).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4229/2016-DMP-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 238/240v).

**8- Relator:** Conselheiro Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários. Exercício de 2013.

*Revel. Contas Irregulares. Multa. Prazo. Determinações à SEPLENO.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Considerar Revel** o Senhor **Hissa Nagib Abraão Filho**, Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF (U.G: 430101) e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº. 2423/1996 (LOTCE/AM);

**9.2- Julgar Irregular**, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996-LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF (U.G: 430101), referente ao exercício de 2013, de responsabilidade dos Senhores Hissa Nagib Abraão Filho, Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF (U.G: 430101) e Ordenador de Despesas, à época e Danízio Elias de Souza, Subsecretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF.

**9.3- Multar** o Senhor **Hissa Nagib Abraão Filho**, Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF (U.G: 430101) e Ordenador de Despesas, à época, no montante de **R\$ 16.000,00** (dezesesseis mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, da Lei 2.423 de 10.12.1996 - LOTCE, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei n. 2.423/1996 - LOTCE c/c o artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 863/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

TCE nº. 04/2002), inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelo cometimento das impropriedades listadas neste voto de nºs. 05; 06 (6.1, 6.2 e 6.3), 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17.

**9.4- Multar** o Senhor **Danízio Elias de Souza**, Subsecretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF, no montante de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito mil e vinte e cinco centavos), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, da Lei 2.423 de 10.12.1996 - LOTCE, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei n. 2.423/1996 - LOTCE c/c o artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução TCE nº. 04/2002), inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelo cometimento das impropriedades listadas neste voto de nºs. 01 (1.1 e 1.2); 02 (2.1 e 2.2); 03 (3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5) e 04 (4.1, 4.2 e 4.3).

**9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** (artigo 174 do RITCE/AM) para que os Senhores Hissa Nagib Abraão Filho, Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF (U.G: 430101) e Ordenador de Despesas, à época e Danízio Elias de Souza, Subsecretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF, recolham aos cofres da Fazenda Estadual o valor das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE.

**9.6- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:**

**9.6.1-** Encaminhe à atual Administração da Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF (U.G: 430101), as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

**9.6.2-** Notifique os Senhores Hissa Nagib Abraão Filho, Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF (U.G: 430101) e Ordenador de Despesas, à época e Danízio Elias de Souza, Subsecretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;

**9.6.3-** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

**10- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 18 de Outubro de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. N° \_\_\_\_\_

Fls. N° \_\_\_\_\_

**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

## ACÓRDÃO Nº 863/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**12-Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheira-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral